



Operação Compliance Zero

STF vira campo de guerra, sem nenhuma decisão

Na sessão extraordinária, ministros batem boca, trocam acusações e até questionam condução de Fachin, mas não definem se investigarão Moraes

» ARMANDO HOLANDA

O pedido feito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, de “sensatez, decoro e serenidade” foi ignorado por magistrados em boa parte da sessão extraordinária de ontem na Corte. O plenário deveria avaliar se abriria uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro. O julgamento, no entanto, expôs em público as divergências que tomaram conta da Corte nas últimas semanas. Houve troca de acusações, interrupções, bate-boca e questionamentos sobre a condução de Fachin. Ao fim da tumultuada sessão, Flávio Dino pediu vista e adiou uma definição.

Na abertura dos trabalhos, Fachin tentou estabelecer o tom da sessão. “Não se julgam pessoas; julgam-se fatos e questões jurídicas. Não se antecipa o mérito antes de resolvida a validade processual. A divergência é legítima; o confronto pessoal, não”, afirmou.

De nada adiantaram as palavras do presidente. Os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça trocaram hostilidades; Gilmar Mendes também fez disparos contra Mendonça; e o próprio Fachin foi envolvido em discussões, com Flávio Dino.

Moraes e Mendonça protagonizaram um dos momentos mais tensos do dia. O relator da trama golpista acusou o colega de ter usado a Polícia Federal para tentar incluí-lo em uma colaboração premiada, e afirmou que o magistrado também tem de ser julgado pelo plenário do STF. A princípio, a avaliação sobre o caso de Mendonça — acusado por Moraes de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade — está marcada para o dia 23.

“Não há como julgar hoje sem julgar terça, porque eu pergunto: quem tem medo da Polícia Federal, presidente? Quem tem medo da Polícia Federal? Quem chamou a Polícia Federal e exigiu que a Polícia Federal colocasse um colega na delação premiada? E vamos chamar testemunhas que eu vou indicar. Não só policiais, mas advogados. Eu tenho testemunhas”, sustentou Moraes. Mendonça o interrompeu: “É mentira”. Ele acrescentou que o colega poderia chamar “quem quiser”.

Moraes seguiu no ataque: “Chamou. ‘Inclui o ministro Alexandre’. Por quê? Porque está a serviço de um grupo político que quis dar um golpe neste país”.

Apócrifo

Ele ainda negou ter usado um documento apócrifo, um relatório de inteligência da Polícia Federal, para embasar sua denúncia contra Mendonça. “Não tem nenhum documento apócrifo. Todos sabem o que é um relatório de inteligência. Os relatórios de inteligência estavam registrados. É só pegar o registro, quem fez, e vamos chamar aqui a este Supremo Tribunal Federal”, frisou.

Gilmar também partiu para cima de Mendonça, questionando a decisão do ministro de ordenar a

destituição do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Ele chamou o colega de “boneco eleitoral”, por tomar a decisão em pleno período de eleições (**leia reportagem ao lado**).

A temperatura subiu, ainda, entre Fachin e Dino. O episódio ocorreu enquanto Dias Toffoli explicava por que havia deixado a relatoria das investigações do Master. Toffoli afirmou que Dino sugeriu seu afastamento para preservar a Corte diante das repercussões do caso. Ao ser citado, Dino tentou intervir e foi repreendido pelo presidente do STF.

“Tem que pedir a palavra à Presidência, é o que estou dizendo”, afirmou Fachin. Dino rebateu: “Eu vou seguir o Regimento Interno da Corte.” O presidente do STF retrucou: “Pois Vossa Excelência terá a palavra porque estou lhe concedendo”.

Dino chegou a retirar da gaveta uma cópia do Regimento Interno para sustentar sua posição. Mais tarde, voltou ao assunto ao pedir um aparte a Gilmar Mendes e fez referência à cobrança anterior: “Ministro Gilmar, Vossa Excelência concede um aparte? Presidente, Vossa Excelência autoriza que o ministro Gilmar me conceda um aparte?”.

Divergência

A condução de Fachin acabou se transformando em outro foco de divergência. Dino e Gilmar questionaram a decisão do presidente do Supremo de assumir a relatoria dos procedimentos envolvendo Moraes e Mendonça. Dino sustentou que não existe previsão para a “avocação” de processos relatados por outros integrantes da Corte. Fachin respondeu que não havia destituído o relator e que os autos foram encaminhados à Presidência porque o plenário seria o juiz natural da matéria.

Moraes também fez questionamentos ao presidente. Durante sua manifestação, perguntou o que exatamente estaria sendo julgado, sob o argumento de que não existia pedido formal da PF, da Procuradoria-Geral da República ou de Mendonça para abertura de investigação contra ele. “Vossa Excelência vai votar o quê?”, questionou. O ministro ainda reclamou dos diferentes procedimentos e prazos adotados nos casos envolvendo ele e Mendonça, classificando a situação como uma “miscelânea procedimental”.

Em meio à discórdia, Gilmar Mendes apresentou uma questão de ordem para que o plenário julgue, em conjunto, o caso de Moraes e o de Mendonça, acusado de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade. Essa análise ficou em 4 x 3 a favor da análise conjunta, e a sessão foi suspensa por causa do pedido de vista de Dino (**leia reportagem na página 3**).

A sessão começou desfalcada. Nunes Marques se declarou impedido, enquanto Toffoli alegou suspeição por foro íntimo. A saída dos dois ocorreu em meio à divulgação de novas mensagens retiradas do celular de Vercaro, inclusive diálogos que mencionam pessoas próximas a integrantes da Corte (**leia reportagem na página 3**).

Alejandro Zambrana/STF



Alejandro Zambrana/STF



Alejandro Zambrana/STF



Gustavo Moreno/STF



Rosinei Coutinho/STF



Não se antecipa o mérito antes de resolvida a validade processual. A divergência é legítima; o confronto pessoal, não”

Edson Fachin,
presidente do STF



Acho que Vossa Excelência não se deu conta disso, porque, além de marcar esta sessão desastrosa, ainda marcou outra na próxima semana”

Flávio Dino, para Fachin



‘Inclui o ministro Alexandre’. Por quê? Porque está a serviço de um grupo político que quis dar um golpe neste país”

Alexandre de Moraes,
sobre Mendonça



O que há em relação a mim foi um suposto relatório de inteligência (...), um relatório ilegal, com monitoramento e coleta seletiva”

André Mendonça, sobre o processo contra ele



É evidente que se trata de um pixuleco, de um boneco eleitoral. É disso que nós estamos falando”

Gilmar Mendes, ministro do STF, sobre Mendonça

“Boneco eleitoral”

Em um dos momentos mais tensos da sessão de ontem, no STF, o ministro Gilmar Mendes chamou de “desfaçatez” a postura de André Mendonça. Após a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que negou envolvimento com o dono do Master, Daniel Vercaro, Mendonça pediu a palavra e disse: “Dr. Paulo, eu tento ser justo. Ninguém gostaria de estar aqui. Nós estamos aqui por dever de ofício. E a gente pode até avaliar se ‘ah, não devia ter feito isso’, talvez hoje conhecendo os fatos...”

Nesse momento, Gilmar o interrompeu: “É impressionante, presidente, que uma pessoa da estatua do Paulo Gonet sofra esse tipo de ilação. Isso, sim, é leviandade. O sujeito investido de um sentimento policial, junto com seus delegados. É impressionante a desfaçatez desse sujeito”. Mendonça, então, gritou: “A desfaçatez de Vossa Excelência, me respeite”.

Diante do embate no plenário, o ministro Flávio Dino acusou o presidente do STF, Edson Fachin, de omissão ao não coibir os bate-bocas. “Vossa Excelência está assistindo a isso há horas e está transformando o Supremo nas próximas semanas, quicâ meses, neste debate”, disse. “Não temos condições de deliberar, o clima é daí para pior. A 15 dias de uma eleição, o tribunal se expor a isso. Acho que Vossa Excelência não se deu conta disso, porque Vossa Excelência, além de marcar esta sessão desastrosa, ainda marcou outra na próxima semana.” O ministro fez referência à sessão do dia 23, que vai analisar o processo em que Moraes acusa Mendonça de irregularidades.

Pixuleco

Antes desse embate, Gilmar havia acusado Mendonça de tentar influenciar as eleições ao pedir um relatório da Polícia Federal sobre as conversas de Vercaro com o ministro Alexandre de Moraes.

Gilmar afirmou que, embora já houvesse suspeitas do elo do ministro com Vercaro desde o início de março deste ano, Mendonça teria aguardado o período eleitoral para encomendar o relatório à PF “que, muito provavelmente, implicaria exatamente quem ele buscava implicar”.

O decano disse também que, antes de levar o caso ao plenário, o ministro indicado por Jair Bolsonaro levantou o sigilo do relatório, “a fim de constranger qualquer posição contrária à sua atuação”.

Ele também afirmou que defendeu ao presidente do STF, Edson Fachin, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a necessidade de separar a Corte das eleições e frisou: “Contrário do que se faz aqui. E se deram muito mal, porque são aprendiz de feiticeiro.” O decano ressaltou, ainda, que a medida se justificaria “em nome de Deus” e completou: “Como em nome de Deus já se fez muita patifaria”.

Na continuidade, o decano fez referência a Mendonça e disse: “É evidente que se trata de um pixuleco, de um boneco eleitoral”. O decano enfatizou, em referência a Mendonça, que houve uma conduta mafiosa. “Mesmo um colega que esteja eventualmente envolvido, que teve um filho, não pode estar submetido a esse tipo de vexame. É uma atitude de covarde, vil. Até a máfia tem ética. É preciso ter decência”.